

ESPERANÇA: JURO MENOR.

O Ministério da Fazenda acredita numa queda dos juros nos EUA neste segundo semestre

"As perspectivas do segundo semestre de 1984 são muito favoráveis ao Brasil." Isto é o que assegura nota oficial divulgada ontem em Brasília pelo Ministério da Fazenda, prevendo a redução dos juros internacionais. No dia anterior, o presidente do comitê de assessoramento da renegociação, William Rhodes, anunciou que os banqueiros não aceitariam estabelecer juros fixos para o País.

No raciocínio exposto da nota da Fazenda, o Federal Reserve Board, o banco central norte-americano, não forçará a colocação de títulos no mercado aberto e, por isto, os juros cairão.

Além disso, o declínio da inflação norte-americana para uma taxa anual de 3,5% "certamente influirá na descompressão da política monetária, da mesma forma que a moderação no ritmo de crescimento das atividades econômicas". A propósito, o Ministério da Fazenda menciona dados de junho, anunciados pelo governo norte-americano, indicando declínio de 1,4% nas encomendas à indústria e uma queda de 0,2% na construção civil.

Cita ainda a tendência de queda nos preços do petróleo, que se estabilizaram após a redução das últimas semanas. De acordo com a nota, alguns analistas credenciados, como Henry Wojtyla, prevêm preços de até US\$ 15 por barril no final de 1985. Finalmente, lembra a nota que nos países da Comunidade Econômica Européia se registrou uma melhoria no nível de desemprego, correspondente a 200 mil trabalhadores.

Hipoteca para o futuro

A capitalização dos juros da dívida externa brasileira proposta como um dos pontos da renegociação de longo prazo com os bancos credores do Brasil "é uma proposta de endividamento em bola de neve que hipoteca o esforço das futuras gerações", segundo adverte a Carta de Economia e Finanças da Distri-

buidora Pactual, de autoria do economista Paulo Guedes, diretor da empresa e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC).

A posição mais correta do Brasil na renegociação da dívida de longo prazo deve basear-se na sua capacidade já demonstrada de recuperação e de acumulação de reservas cambiais, que segundo as previsões do presidente do banco central, Afonso Celso Pastore, deverão chegar ao final do ano em torno de US\$ 6 bilhões. "É um bom cacife para negociar", diz Paulo Guedes.

Segundo Guedes, a posição das reservas brasileiras deve ser utilizada para negociação com os bancos em combinação com a compra de créditos daqueles que desejem retirar-se da dívida brasileira e obtenção de condições mais vantajosas

Diniz: Galvêas superou o Conselheiro Acácio.

Se o ministro Ernane Galvêas considerou "acaciana" a linguagem usada pelo empresário Abílio Diniz em seu programa econômico de emergência, ontem o empresário respondeu numa nota de cinco linhas: "Tenho certeza, e penso não estar sozinho nesta crença, de que o Conselheiro Acácio não poderia conseguir resultados mais 'fabulosos' do que os alcançados pelo atual titular da Fazenda".



para os que ficarem. "Vários bancos já vêm realizando venda de créditos com desconto, para poder sair da dívida. O governo deveria comprar estes créditos — com lucros da ordem de 20% — e ao mesmo tempo conseguir dos credores condições tais como dez anos de prazo para pagamento, taxa de risco zero e menores comissões."

Adverte que a reativação econômica terá de ser cautelosa, evitando a repetição da política desenvolvida na atual gestão do ministro do Planejamento, Delfim Netto, "que começou anunciando a recuperação e acabou dando no quadro atual".

"Abrandamento tarifário"

Dentro da política de abrandamento tarifário recomendada pelo Fundo Monetário Internacional, a Comissão de Política Aduaneira, vinculada ao Ministério da Fazenda, publicou ontem no Diário Oficial da União uma série de resoluções reduzindo, prorrogando ou isentando de imposto de importação várias mercadorias.

Ficaram isentos feijão preto, carnes de bovino, uma cota de 1.400 mil toneladas métricas de trigo em grãos, ficando prorrogada até 31 de dezembro a vigência da isenção de imposto para importação de feijão em cores. A Cacex disciplinará a aplicação dessas isenções, inclusive estabelecendo o esquema de importação em articulação com Seap e Sunab.

Também se beneficiarão de isenção do imposto as seguintes mercadorias: cobre em bruto, refinado ou não; eletrolítico, em qualquer forma de apresentação, exceto barras para fios e granalhas; refinado a fogo; barras para fios, e gran-

lhas.